

Empreendedorismo na Universidade do Minho. O potencial empreendedor dos diplomados do ensino superior numa perspectiva educativa

Ana Paula Marques (CICS/UM)¹⁷⁵

Rita Moreira (CICS/UM)¹⁷⁶

Resumo

Nos últimos anos, em Portugal como no resto da Europa, o empreendedorismo apresenta-se cada vez mais como uma das vias possíveis de acesso ao mercado de trabalho, podendo mesmo constituir uma modalidade alternativa de (re)inserção profissional particularmente importante para os jovens com qualificações superiores. Nesse sentido, entende-se que o empreendedorismo coloca novos e importantes desafios à Universidade que estão relacionados com a sua capacidade de, juntamente com outros actores (económicos, sociais, políticos, etc.), desenvolver o espírito empreendedor e uma cultura empreendedora e de inovação. Face à centralidade desta temática, neste artigo avançam-se os resultados preliminares obtidos no diagnóstico sobre o potencial empreendedor dos licenciados da Universidade do Minho. Baseado nas 283 respostas dos licenciados de diversas áreas científicas que concluíram o curso, entre 2002 e 2008, pretende-se, a partir de vários factores co-explicativos de segmentação do mercado laboral (curso, fileira científica, género, etc.) analisar o potencial explicativo de comportamentos diferenciados em relação ao emprego e ao empreendedorismo (e.g. propensão para o empreendedorismo, empresalidade, sectores de actividade preferenciais, entre outros). Recorrendo à análise das suas trajectórias académicas e profissionais e das suas estruturas de representações sociais ambiciona-se contribuir para a discussão e reflexão em torno da importância da educação superior para o desenvolvimento do potencial empreendedor dos indivíduos e, sobretudo, perceber como algumas actividades formativas (curriculares e extracurriculares), em contexto académico, podem ser úteis no desenvolvimento do potencial empreendedor e de competências durante

¹⁷⁵ amarques@ics.uminho.pt

¹⁷⁶ rmoreira@ics.uminho.pt

o percurso escolar que, por sua vez, contribuam para facilitar a transição dos jovens licenciados para o mercado de trabalho.

Introdução

Esta comunicação enquadra-se num projecto de investigação subordinado ao tema “*O potencial de empreendedorismo na Universidade do Minho*”#, em que se pretendeu, por um lado, colmatar as lacunas dos actuais estudos empíricos sobre a temática do empreendedorismo, através de uma investigação sobre o potencial empreendedor entre os licenciados do ensino superior; e por outro, compreender a relevância do papel do ensino superior no desenvolvimento de saberes e de competências que influenciam o modo como se configuram os processos de inserção profissional. Para tal, esta investigação prosseguiu os seguintes objectivos: *i)* avaliar a dimensão da propensão ao empreendedorismo entre os licenciados; *ii)* analisar eventual heterogeneidade entre os diferentes cursos/áreas científica e a dimensão género; *iii)* analisar as características do potencial empreendedor; *iii)* analisar a percepção dos licenciados relativamente a obstáculos, dificuldades e factores críticos do processo de empreendedorismo; *iv)* avaliar o grau de adequação dos cursos e propensão à formação pós-graduada direccionada para o empreendedorismo.

Como se sabe, as últimas décadas têm sido profundamente marcadas por modificações no mercado de trabalho. Estas conduziram, com maior ou menor impacto, consoante os países, ao incremento da flexibilização e da precarização do trabalho, à segmentação da mão-de-obra e ao desenvolvimento de formas “atípicas” de emprego que se opõem ao modelo assalarial dominante no período pós II Guerra Mundial. Até então, a relação *típica* assentava na estabilidade do emprego numa base contratual e à qual subjazia a concertação colectiva e a observância de critérios, como: *i)* a durabilidade da relação de emprego; *ii)* a unicidade do empregador e pertença a um serviço organizado; *iii)* e o horário a tempo inteiro com salário equivalente (Foucarde, 1992). Na mesma linha de pensamento, naquele período, o mercado de trabalho apresentava-se estruturado no trabalho assalariado definido como um activo que ocupava um emprego permanente e a tempo inteiro desde o fim da escolaridade até à idade da reforma. Define-se, assim, o perfil do que social e juridicamente se convencionou designar como emprego assalariado “típico”, configurando a norma do emprego (por tempo indeterminado, a tempo inteiro e com protecção social). Neste sentido, são consideradas situações “atípicas” todas aquelas que resultam da não verificação de um ou de outro ou de todos aqueles critérios referidos. De um modo geral, estas formas atípicas de trabalho podem ir desde actividades simplesmente não declaradas (sob a forma de “emprego dissimulado” que, sem ser ilegal em si, não é declarado a uma ou a mais autoridades administrativas que dele

devem ter conhecimento e que, por esta via, se encontra subtraído à regulamentação e tributação ou à redução das prestações de segurança social) a formas de contratos temporários, a tempo inteiro ou a tempo parcial (Célestin, 2000).

Por sua vez, assiste-se também a uma (re)configuração dos processos de inserção profissional, em especial dos jovens licenciados que tendem a apresentar trajectórias não lineares (e.g. formação, emprego, desemprego e inactividade) associadas a uma diversidade de estatutos ou condições (e.g. bolseiro, estagiário, tarefeiro) em que prevalecem situações recorrentes de vulnerabilidade em relação ao emprego. Face à crescente incerteza, instabilidade e precariedade que caracteriza a maior parte dos percursos dos jovens que saem da universidade e acedem ao mercado de emprego, o debate sobre a “inserção profissional” tem estado no centro das preocupações políticas e a sua análise assume-se relevante no actual movimento europeu de reforma do sistema de ensino superior decorrente do processo de Bolonha.

No actual contexto, a vertente do empreendedorismo tem sido assumida como uma das vias possíveis de acesso ao mercado de trabalho, visível tanto pelas directivas comunitárias, como pelas políticas nacionais (QREN 2007-20013) e orientações programáticas por parte das instituições de formação em sentido lato, incluindo as do ensino superior. Em termos práticos, esta importância do empreendedorismo coloca novos e importantes desafios à Universidade que estão relacionados com a sua capacidade de, juntamente com outros actores (económicos, sociais, políticos), desenvolver o espírito empreendedor e a potenciar uma cultura empreendedora e de inovação.

Embora o ensino do empreendedorismo tenha mudado significativamente na última década, ainda predomina, em particular ao nível do ensino superior europeu, uma abordagem, centrada na elaboração de planos de negócio, esquecendo-se a dimensão comportamental e organizacional como factores decisivos no processo de empreendedorismo. No entanto, o estímulo do espírito empreendedor nos estudantes (e.g. graduação ou pós-graduação) não passa somente pela incorporação de disciplinas de empreendedorismo nos planos curriculares. Essa é uma estratégia institucional e formal de incentivar o empreendedorismo. Há, porém, outras formas de o fazer que passam, por exemplo, pelo desenvolvimento de actividades, modalidades e metodologias de aprendizagem que favoreçam o empreendedorismo de carácter transversal a todos os planos de estudo. A este nível, a relação entre competências e empreendedorismo é dinâmica. Assim se justifica a importância de reconhecer as competências enquanto combinação de conhecimentos, aptidões e atitudes, desenvolvidas, igualmente, num conjunto de actividades não formais ou extracurriculares que podem se revelar tão importantes quanto as qualificações formais.

A Universidade ao promover, nos seus currículos e actividades, os estágios curriculares, a mobilidade estudantil (nacional e internacional), as actividades extracurriculares, o desenvolvimento de competências transversais, a formação contínua e o empreendedorismo (nas suas vertentes educativa e organizativa) assume a sua responsabilidade na preparação dos futuros profissionais que transcende a simples formação académica tradicional. É, neste contexto, assumida uma necessidade premente de desenvolvimento de uma atitude empreendedora nos estudantes do ensino superior através de actividades e metodologias de ensino que abordem os problemas e oportunidades da criação de novos negócios e desenvolvam o potencial empreendedor dos alunos e que possam, efectivamente, estimular a iniciativa empresarial. Surgem então algumas questões pertinentes: É possível ensinar empreendedorismo? Qual a importância do ensino superior na formação de empreendedores? Quais as actividades, metodologias de ensino ou práticas pedagógicas deverão ser adoptadas pelas instituições universitárias para o desenvolvimento do potencial empreendedor?

Nesta comunicação iremos utilizar alguns dos resultados obtidos no diagnóstico# realizado aos jovens licenciados provenientes da Universidade do Minho, para analisar os seus percursos de empregabilidade, em particular no que diz respeito ao seu potencial empreendedor. A partir da análise das suas trajectórias académicas e profissionais, bem como das modalidades de inserção profissional, pretende-se contribuir para a discussão e reflexão em torno da importância do ensino superior para o desenvolvimento do potencial empreendedor dos indivíduos e, ainda, perceber como as actividades não formais ou extracurriculares, em contexto académico, podem facilitar o processo de inserção profissional dos jovens licenciados preparando-os para as suas próprias opções profissionais.

2. Empregabilidade e empreendedorismo nos diplomados da Universidade do Minho

Em seguida, iremos apresentar os aspectos centrais do diagnóstico realizado aos jovens licenciados da Universidade do Minho que concluíram o curso entre 2002 e 2008, pela Universidade do Minho, procurando, por um lado, contrastar e identificar as trajectórias de empregabilidade destes jovens no interior das diferentes áreas científicas; e por outro, traçar o perfil (e.g. curso, género, idade, estatuto civil) dos jovens que optaram pela vertente do empreendedorismo como alternativa de inserção profissional. Para isso, serão analisadas as disposições motivacionais e os apoios que estiveram na base da sua opção profissional, bem como as potencialidades de determinadas actividades curriculares (formais e informais) e da participação em actividades extracurriculares para a aquisição de competências transversais e para o desenvolvimento do potencial empreendedor nos indivíduos.

2.1 Perfil sociográfico dos entrevistados

A exploração da informação de natureza sociográfica do diagnóstico realizado aos jovens licenciados da Universidade do Minho (UM) confirma que se está perante uma população relativamente jovem com uma idade média que ronda os 29 anos. Isto pode ser justificado pelo facto de se terem incluído na amostra os licenciados pela Universidade do Minho, que concluíram o curso, entre 2002 e 2008. Este alargamento do período temporal de conclusão do curso poderá explicar, em parte, o leque de idades variar entre um mínimo de 25 anos e um máximo de 52 anos, a distribuição por grupos de idades revela-nos que é entre os grupos de 20 e 29 anos que se concentra a maioria dos licenciados (68%), seguindo-se 32% dos entrevistados que apresentam idades iguais ou superiores a 30 anos.

No cruzamento da idade com a área de formação e o sexo dos entrevistados, constata-se uma associação significativa, sendo que tendencialmente são mais os jovens com idade superior a 30 anos do sexo masculino provenientes das áreas de “Artes e Humanidades”, “Ciências, Matemática e Informática”, “Engenharia, Indústria transformadora e Construção”, designadamente dos cursos de Arqueologia, Engenharia de Sistemas de Informática, Informática e Gestão, Matemática e Ciências da Computação e Engenharia Mecânica. Em contrapartida, as jovens do sexo feminino com idade igual ou superior a 30 anos estão menos representadas nos cursos das áreas de “Educação” e “Ciências Sociais, Comércio e Direito”, que se verificam as médias etárias e os níveis de dispersão mais baixos.

A estrutura da amostra por sexo demonstra uma diferença expressiva das mulheres (60%) face aos homens (40%), revelando uma elevada taxa de feminização nos cursos da Universidade do Minho, acompanhando a tendência actual do ensino superior a nível nacional. Com efeito, para a explicação da presença desigual das mulheres na entrada e na saída do sistema de ensino superior são mormente convocadas duas perspectivas teóricas relativamente distintas. A perspectiva culturalista, ao destacar os efeitos mais eficazes de uma socialização próxima da cultura escolar junto dos jovens do sexo feminino responderá pelos melhores resultados escolares. O predomínio de estereótipos de género, ancorados num processo de “naturalização” dos papéis sexuais (Bourdieu, 1999), contribuiu para aprofundar a presença diversificada e desigualmente valorizada dos percursos escolares em função dos sexos. A este propósito, alguns autores avançam com o argumento do “duplo efeito de discriminação sexual” (Cruz e Cruzeiro, 1995), ou o das “más escolhas” (Grácio, 1997) das mulheres quer pelo facto das suas opções se centrarem em cursos de índole literária e humanista, quer pela maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e de ocuparem profissões com menor poder e prestígio social.

Neste sentido, confirma-se a presença maioritária das mulheres no contexto da Educação e das Ciências Sociais, apesar de se verificar uma clara segregação por licenciatura, uma vez que os cursos de Ensino de Inglês/Alemão (100%), Educação (88%), Comunicação Social (88%) Psicologia (81%) e Sociologia (80%) apresentam um peso mais elevado de mulheres. Contudo, há cursos em que se verifica um maior equilíbrio entre homens e mulheres como é o caso de Optometria e Ciências da Visão (ambos os sexos com 50%) Engenharia civil (46% para o sexo masculino e 54% para o sexo feminino) e de Gestão (47% para o sexo masculino e 53% para o sexo feminino).

Relativamente ao estatuto conjugal, verifica-se que os entrevistados são, na sua maioria solteiros (66%), tendo, por sua vez, a percentagem de casados ou a viverem em união de facto alguma expressão (32%). Contudo, atendendo à idade média dos mesmos que, como vimos se localiza nos 29 anos, estes resultados permitem reforçar a tese do adiamento da constituição de uma família independente da família de origem como traço comum aos jovens em início da sua vida profissional.

As transformações das últimas décadas nos sistemas educativo e produtivo alteraram as práticas e os referenciais associados aos processos de “entrada na vida adulta” (Galland, 1984, 1996, 1997) ou de inserção profissional dos jovens, em particular dos licenciados#. O tempo de duração destes processos torna-se, em si mesmo, um factor estruturante da inserção profissional, marcado pela diversidade de situações e pela transformação das representações tradicionais de emprego e de trabalho. Assim, assiste-se a fenómenos de *extensão no tempo* dos estudos (formação inicial e ao longo da vida), assim como das posições intermédias e precárias até se conseguir obter uma posição estabilizada no domínio da vida profissional e familiar/privada. De um modo geral, os tempos sociais prolongam-se através da não linearidade dos processos de inserção laboral, provocando uma dessincronização dos vários eixos de emancipação profissional, pessoal e familiar.

É, igualmente, importante referir que o sistema de ensino superior se mantém selectivo em função da origem social das famílias, bem como ao nível do sexo dos jovens candidatos. À tendência de selectividade social, de resto corroborada por inúmeras investigações realizadas (cf. Casanova, 1993; Balsa, 1997; Alves, 1998; Fernandes, 2001; Almeida, *et al.* 2002; Estanque e Nunes, 2003; Marques, 2006) não se pode ignorar o facto de, paralelamente, se ter observado um alargamento da base social de recrutamento, com o acesso de jovens provenientes de agregados familiares com níveis de escolaridade e profissionais relativamente baixos. Com efeito, mais de 40% dos pais dos jovens licenciados possuem 4 anos de escolaridade e desempenham actividades profissionais qualificadas ou pouco qualificadas#, fundamentalmente, como assalariados dependentes. Os jovens cujas famílias de origem detêm

a licenciatura representam valores ainda baixos no seu conjunto: pai (17%), mãe (19%); com excepção para os cônjuges/companheiros, cuja maioria, pelo contrário, detém graduações e pós-graduações universitárias (66%)#.

2.2 Situação face ao emprego

Os resultados do diagnóstico demonstram uma situação de vulnerabilidade face ao emprego para os jovens diplomados, pois apenas 67% dos entrevistados declaram trabalhar por conta de outrem a tempo integral. Esta vulnerabilidade em relação ao emprego percebe-se ainda pela percentagem de jovens em situação de desemprego (8%), estágios/bolsas de investigação (8%) e como estudantes (2%).

Em situação profissional assente na independência contratual, ou seja, como trabalhador independente/ empresário encontram-se 12% dos jovens. Apesar de se tratar de uma percentagem relativamente pequena, esta é importante na medida em que se trata de jovens em início de uma carreira profissional que optaram pela criação do próprio emprego/ empresa com vista à “construção” de trajectórias alternativas de inserção profissional.

De realçar ainda que não há situações de inactividade. Além disso, importa referir que apenas 1% trabalham a tempo parcial. Se somarmos estas percentagens, pode-se verificar que 31% dos jovens se encontram numa situação de precariedade que, no limite, poderá conduzir a uma situação de exclusão do mercado de trabalho. Tal poderá resultar, por exemplo, quando se acumula, por longos períodos de tempo, estatutos de inactivos ou após a vivência de várias experiências de desemprego de muito longa duração#. Portanto, está-se perante uma tendência para a proliferação de situações diversas que comportam condições de trabalho e estatutos, acompanhadas, igualmente, de expectativas diferenciadas.

Esta situação corrobora uma maior precarização das relações de trabalho dos jovens licenciados oriundos das “Artes e Humanidades” que são proporcionalmente mais os que referiram declararam ser trabalhadores independentes#, ou, ainda, estarem desempregados (Marques, 2007). Pelo contrário, os jovens das áreas da Saúde, Educação e das Engenharias são aqueles que apresentam uma situação profissional baseada numa relação de trabalho dependente (72% em ambos os casos), ao passo que os que integram as “Ciências Sociais, Comércio e Direito” apresentam maior diversificação da sua situação face ao trabalho. Estes dados não permitem aferir o grau de correspondência da licenciatura ao emprego em função das áreas científicas, mas vêm colocar uma vez mais em evidência o carácter selectivo do desemprego. A relação entre a situação na profissão e as licenciaturas apresenta-se, por conseguinte, muito importante.

Com base na informação recolhida, os entrevistados que apresentam menor vulnerabilidade face ao emprego assente numa relação assalarial dependente pertencem sobretudo aos cursos das Engenharias (e.g., Sistemas de Informática, Informática e Gestão, Gestão Industrial), Educação, Ensino de Biologia/Geologia, Ensino de Matemática, Administração Pública e Economia. Pelo contrário, os licenciados que apresentam maior fragilização em relação ao emprego (desemprego, estágios/bolsas de investigação, trabalho em *part-time*, estudantes) pertencem aos cursos de Arqueologia, Línguas Estrangeiras Aplicadas, Geografia e Planeamento, Relações Internacionais e Comunicação Social.

2.3 Perfil dos jovens empreendedores

O facto de se trabalhar por conta própria comporta diversas condições e estatutos profissionais que podem ir desde o profissional liberal até ao pequeno comerciante ou ao pequeno camponês, tornando opacas, assim, várias realidades de trabalho sob a mesma designação (Moreira, 2009)#. Dada a importância do empreendedorismo para a superação do aumento exponencial das situações de precarização do emprego, importa apresentar o perfil dos jovens empreendedores entrevistados. Trata-se de uma percentagem pequena da nossa amostra - que representa cerca de 12% do total dos licenciados entrevistados – embora do ponto de vista qualitativo, será importante explorar alguns dos traços de definição deste grupo.

Os dados obtidos mostram que os empresários (que representam cerca de 30% da população empreendedora) são maioritariamente do sexo masculino, solteiros e com idades compreendidas entre os 26 e os 32 anos, pertencendo à área das “Ciências Sociais, Comércio e Direito” (e.g., mais especificamente dos cursos de História, Gestão, Comunicação Social, Psicologia, Optometria e Ciências da Visão, Engenharia Biológica e Engenharia Mecânica). Com elevada correspondência com o ramo da licenciatura, as empresas criadas são sobretudo microempresas do sector terciário, nomeadamente nas áreas do “comércio, alojamento e restauração”, “actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços a empresas” e “educação, saúde e acção social”.

Cingindo-nos apenas às motivações apresentadas, percebe-se que foi sobretudo o desejo de novos desafios e o desejo de ser próprio patrão (73% e 46% respectivamente), que conduziu a que os entrevistados tenham optado pela criação da sua própria empresa/ emprego. De facto, a atracção pela autonomia destaca-se como o principal motivo apontado para a empresarialidade, seguindo-se a melhor conciliação do trabalho com a vida privada (36%) e a dificuldade de arranjar emprego na área da licenciatura (36%) como as duas razões mais apontadas.

Também no cruzamento da opção profissional dos entrevistados com a situação na profissão dos seus pais, verifica-se uma forte influência do modelo parental nos entrevistados que optaram pela criação do próprio negócio, sendo que uma parte expressiva destes pertence a agregados familiares em que o pai (40%) e a mãe (36%) desenvolvem uma actividade empreendedora.

O grupo dos trabalhadores independentes (que representam cerca de 70% da população empreendedora) é composto sobretudo por mulheres, sendo que a maioria é solteira e tem idade igual ou superior a 25 anos, oriundas dos cursos de Psicologia, Arqueologia e Línguas Estrangeiras Aplicadas. São também dos cursos de Direito e de Arquitectura, que como se sabe, são dois cursos mais orientados para o exercício de profissões liberais.

Ora, numa altura em que a obtenção de emprego se apresenta cada vez mais difícil para os jovens diplomados à procura do 1º emprego, o trabalho independente e a criação da própria empresa assumem-se como alternativas possíveis de inserção no mercado de trabalho. Através da sua capacidade de iniciativa, muitos dos jovens à procura de emprego optam pelo trabalho independente como meio de garantir a sua subsistência. Porém, a situação real destes independentes merece uma análise aprofundada, pois frequentemente mostra que a sua “independência” não é senão uma ficção jurídica (Harvey, 1995). Em muitos casos, este tipo de trabalhadores representam “falsos independentes” que trabalham regularmente por conta de outrem, mediante uma actividade tipicamente subordinada, embora para efeitos de protecção social se apresentem como trabalhadores independentes e passem recibos próprios dessa actividade (e.g., recibos verdes) (Moreira, 2009).

Do total dos independentes, a maioria (88%) admite que já pensou/desejou criar o seu próprio negócio. Esta predisposição para a empresarialidade pode não só significar vontade de fuga a uma situação de vulnerabilidade face ao emprego, mas igualmente, evidenciar uma atitude empreendedora que se poderá traduzir na concretização futura de uma experiência ao nível do empreendedorismo.

2.4 Potencial empreendedor na academia

Indissociável da difusão de novas tecnologias de informação e da pressão da concorrência, à escala global da economia, a transformação nos conteúdos dos perfis de qualificação responde às exigências de polivalência, responsabilidade, iniciativa e capacidade de adaptação/reacção, flexibilidade, entre outras. Assim, uma das estratégias de inserção profissional dos jovens passa por conseguirem obter e manter um perfil de empregabilidade inovador e adequado às exigências do mercado de trabalho actual. Ao se converterem os saberes certificados em saberes de acção, poder-se-á, também, explicar, em grande medida, a

manutenção das pressões (tanto dos jovens licenciados, como do sector empresarial) no sentido de formações académicas com conteúdos programáticos mais profissionalizantes.

Inspirando-se no modelo japonês de *des-hierarquização*, a reorganização das empresas pressupõe o desenvolvimento de capacidades de comunicação e de cooperação (Kovács e Castillo, 1998; Estanque, 2005; Marques, 2005 e 2007). Os trajectos de profissionalização tornam evidente um desfasamento crescente entre a identificação do posto de trabalho e a qualificação do indivíduo, com a presença simultânea de jovens cada vez mais escolarizados em espaços de trabalho que impõem novos padrões de organização do trabalho. Por outras palavras, as exigências de uma formação geral de base e de competências transversais permitem explicar a tendência para o esbatimento de certos níveis hierárquicos intermédios em muitos contextos organizacionais.

Com efeito, a tendência para um alargamento das actividades desempenhadas pelos jovens que têm de fazer “prova” das suas competências profissionais - visível já na crescente incorporação dos diferentes tipos de saberes a mobilizar – proporcionam-lhes vantagens adicionais na configuração do trajecto de profissionalização. Nesse sentido, é de assinalar a relevância das competências técnico-científicas, que a formação académica proporciona, e sobretudo das competências transversais. Nesta perspectiva, pode admitir-se que a inserção profissional /empregabilidade de um jovem licenciado depende da sua capacidade para se manter num mercado profissional, selectivo e incerto, a partir do momento que ele consegue fazer prova da polivalência e flexibilidade dos seus conhecimentos/competências junto dos empregadores e/ou do seu grupo de pares. Para isso, este terá de compreender o papel do seu posto de trabalho na organização e a importância que assume o seu desempenho nessa mesma organização (*e.g* através de uma identificação da missão, objectivos, envolvente e cultura organizacional). Menos ligado a uma ideia de permanência da relação contratual, a manutenção da empregabilidade do diplomado depende, cada vez mais, da capacidade deste em evitar o desemprego ou a desvalorização da sua formação académica, incluindo disponibilidade para a formação contínua ao longo da vida. Em termos estratégicos, este “intra-empendedorismo” – capacidade de empreender no interior da organização (Drucker, 1993) - poderá traduzir-se numa maior capacidade de adaptação e reacção do diplomado à organização e às pressões exógenas.

Este reconhecimento de um elevado potencial de empregabilidade poderá indiciar também uma eventual predisposição para a empresarialidade, numa lógica de criação do próprio emprego/empresa. Nesse sentido, as competências empreendedoras têm vindo a ser reconhecidas como necessárias para o acesso e manutenção ao mercado de trabalho, alvo de novas políticas e orientações programáticas por parte das instituições do ensino superior.

Estas, por sua vez, visam a aquisição e desenvolvimento de competências que poderão ser um impacto (positivo) na empregabilidade dos diplomados e ser desenvolvidas num conjunto de actividades formais, não formais ou extracurriculares. Importa, contudo, questionar em que circunstâncias e quais os agentes que poderão ser mais úteis para potenciar o espírito empreendedor nos estudantes do ensino superior. A informação recolhida na investigação permite-nos assumir um elevado potencial empreendedor por parte dos entrevistados, na medida em que a maioria (73%) revela que já desejou/pensou em algum momento criar o seu próprio negócio. Esta predisposição para o empreendedorismo apresenta-se mais evidente nas áreas das “Ciências Sociais, Comercio e Direito” (77%), “Engenharia, Indústria transformadora e Construção” (75%), Educação (73%) designadamente nas licenciaturas de Comunicação social, Direito e Administração Pública, Arquitectura e Engenharia civil. Isto prende-se principalmente, segundo os entrevistados, com um desejo de novos desafios e de ganhar mais dinheiro, aliada à dificuldade de arranjar emprego na licenciatura. Ao invés, as licenciadas da área de “Artes e Humanidades” (50%) foram aquelas que demonstraram menor propensão para concretização de um projecto empresarial.

Note-se, contudo, que embora 73% já ter pensado/desejado criar a sua empresa, apenas 4% dos entrevistados o concretizou, o que acaba por ir ao encontro da ideia da importância do meio académico como um dos contextos primordiais para o desenvolvimento e socialização dos estudantes, em termos de promoção e desenvolvimento de competências empreendedoras. Sobre este aspecto, os dados do diagnóstico revelam que a maioria dos entrevistados (64%) (e.g., oriundos principalmente das áreas da Educação; Ciências Sociais, Comércio e Direito; Saúde e protecção social; Ciências, Matemática e Informática) considera que não foi bem preparado pela Universidade do Minho para o exercício de uma actividade empreendedora. À excepção dos licenciados em Engenharia, a ausência de conteúdos curriculares sobre o empreendedorismo, o isolamento ou não contacto com a envolvente exterior e a inexistência de incentivos à actividade empreendedora são as principais razões apontadas pelos entrevistados para a não promoção do empreendedorismo académico.

A par da relevância das experiências extracurriculares sublinhada em estudos anteriores (Marques, 2007; Moreira, 2009), as actividades curriculares (formais e informais) apresentam-se igualmente como processos que permitem o desenvolvimento de importantes competências gerais e transferíveis e/ou empreendedoras. Veja-se, por exemplo, o tipo de formação identificada pelos entrevistados como mais útil para o “despertar” da temática do empreendedorismo, em que se destaca a necessidade de uma articulação entre actividades curriculares formais e informais, como sejam: a criação de “unidades curriculares/disciplinas

no âmbito de todas as licenciaturas”, os “cursos de formação avançada” e as “sessões de informação/sensibilização”.

Também uma análise mais aprofundada das práticas propostas pelos entrevistados para a promoção do empreendedorismo permite-nos, ainda que de forma indirecta, verificar a necessidade de maior articulação entre as actividades curriculares e extracurriculares, bem como a adopção de metodologias e modalidades de ensino mais inovadoras, implicando da parte da universidade uma maior abertura ao exterior/ comunidade envolvente. De facto, mais de metade destes jovens reconhece como actividades/iniciativas úteis para o desenvolvimento do empreendedorismo na academia, aspectos como: *i)* a promoção de acções de formação contínuas/ sessões de informação e sensibilização ao longo do curso sobre a temática do empreendedorismo (ex. tertúlias, conferencias, workshops, etc.); *ii)* o planeamento de visitas de estudo a empresas e ampliação da rede contactos com empresas/empreendedores; *iii)* a adopção de uma metodologia de ensino assente em estudos de caso práticos e em testemunhos na área do empreendedorismo; *iv)* maior informação sobre os apoios/financiamento para a criação de empresas; e a *v)* a organização de concursos de ideias, entre outros.

Face ao exposto, a ideia que importa reter é a de que o fomento de actividades não formais e extracurriculares em contexto universitário, directa e indirectamente, em articulação com a formação académica permite preparar os desempenhos profissionais futuros. Com efeito, as competências transversais são expressão de um dos factores mais decisivos, a par da licenciatura e, eventualmente, da classificação final, no processo de transição para o mercado de trabalho. Tais dimensões remetem-nos para a importância da aquisição de competências transversais para o desenvolvimento de perfis de empregabilidade capazes de responder com êxito às exigências de um mercado laboral em constante mutação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, *et al.* (2002), *Diversidade na Universidade. Um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora

BOURDIEU, P. (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras: Celta Editora.

BALSA, C. Marques (coord.) (1997), *O perfil sócio-económico dos estudantes do ensino superior*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, CNACES/CEOS

CÉLESTIN, J.-B. (2000), *As Novas Formas de Emprego Atípicas. Reflexões sobre o caso Francês*, col. “Cadernos de Emprego”, n.º 23, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Direcção Geral do Emprego e Formação Profissional e Comissão Interministerial para o Emprego.

CRUZ, M. Braga da, e CRUZEIRO, M. Eduarda (1995a), *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal - A PGA e os estudantes ingressados no ensino superior*, Lisboa, DEPGEF.

CRUZ, M. Braga da, e CRUZEIRO, M. Eduarda (1995b), *O desenvolvimento do ensino superior em Portugal: situação e problemas de acesso*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, DPGF.

ESTANQUE (2005), “Desafios e Obstáculos ao Desenvolvimento Tecnológico em Portugal: Uma abordagem sociológica das implicações sócio-organizacionais da tecnologia”, *Inovação Tecnológica e Emprego. O caso português*, I. Salavia Lança e A. Cláudia Valente (coord.), Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação, I. P. pp. 109-137.

FOUCARDE, B. (1992), “A evolução das situações de emprego particulares de 1945 a 1990”, *Travail et Emploi*, n.º 52.

GALLAND, O. (1984), “Précarité et entrées dans la vie”, *Revue française de Sociologie*, XXV, pp. 49-66.

GALLAND, O. (1996), “L'entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques”, *Sociologie et Société*, Vol. XXVIII, n.º 1, pp. 37-46.

GALLAND, O. (1997), *La sociologie de la jeunesse*, Paris, Armand Colin.

GRÁCIO, S. (1997), *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*, Lisboa, Educa. Formação.

KOVÁCS, I, e CASTILLO, J. J (1998), *Novos Modelos de Produção*, Oeiras: Celta Editora, pp. 115-130.

MARQUES, Ana Paula (2005), *Trajectórias de Qualificação Profissional: processos de Dualização Um estudo de caso da Indústria Têxtil*, Porto, Afrontamento/ NES.

MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Afrontamento.

MARQUES, Ana Paula (2007), MeIntegra - Mercados e estratégias de inserção profissional. Licenciados versus empresas da Região Norte. Relatório final, Coleção DS/CICS, Universidade do Minho.

MOREIRA, Rita (2009), *Mobilidade e o Empreendedorismo no Ensino Superior: o caso Ciências Sociais*, Tese de mestrado, Braga: Universidade do Minho.

WRIGHT, Erik Olin, 1997 [1985], *Classes*, Londres e Nova Iorque, Verso.